

SUMÁRIO

Apresentação

Andrea Ferreira Delgado

Artigos

O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação
do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil

Almir Félix Batista de Oliveira

19

Bens culturais e ambientais no Oeste Catarinense na
perspectiva dos colonizadores

Jairo Marchesan, Maria Cristina Pansera-de-Araújo,

Luiz Mário dos Santos de Araújo

39

As origens da indústria madeireira e do desmatamento da
floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920)

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Eunice Sueli Nodari

63

Rotas da colonização: considerações sobre o espaço
viário na antiga fazenda Rodeio Bonito, oeste

de Santa Catarina, no início do século XX

Valdirene Chitolina

83

Vidas em torno do rio: uma abordagem histórica das
relações estabelecidas entre as populações na região

Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande
do Sul e o Rio Uruguai

André Luiz Onghero, Lucas Antonio Franceschi

107

Os Guarani da aldeia Conquista (SC): representações
e práticas sociais em relação ao poder local e ao
processo político eleitoral brasileiro
Neusa Maria Sens Bloemer, Isackson Luiz Cavilha Mendes
133

Pensando a relação natureza, cultura e
História no caso dos Xokleng
Jackson Alexandro Peres
165

O índio, a aldeia e o urbano na formação
socioespacial de Chapecó (SC)
Janete Facco, Loivo A. Lemes, Leonel Piovezana
183

A ocupação da Fazenda Burro Branco:
história, memória e posições – 1980
Cristiane Dias de Melo
207

A educação ambiental na perspectiva de
um currículo interdisciplinar
Odete Catarina Locatelli, Carla D. Hendges
231

Memória, subjetividades e história oral: um relato de pesquisa
Cezar Karpinski
243

Painéis

Leitura e cidadania: abrindo livros e oportunidades
Elison Antonio Paim
255

A leitura assegura cidadania ou
a cidadania assegura acesso ao mundo da leitura?
Marizete Bortolanza Spessatto
257

Diálogos sobre experiências com leitura, conhecimento
e Educação Física: apontamentos introdutórios...
Ricardo Rezer
267

Entrevista

Entrevista com Doutora Déa Ribeiro Fenelon
Ilka Miglio
283

Expressões e Experimentos

Viagem a Xapecó
Tico (Josette), Anilson
311

Olhando ao redor
André Luiz Onghero
317

Sobre este nada que é tudo
Marcos Bettu, Mariane Kerbes
321

APRESENTAÇÃO

Andréa Ferreira Delgado*

Apresentar esse número do Cadernos do Ceom é tarefa desafiadora que desempenho movida pelo desejo de traçar um itinerário que represente as múltiplas possibilidades de leituras provocadas pelo conjunto dos trabalhos que compõem as diferentes seções.

Os onze artigos demonstram o quanto as abordagens da temática Bens Culturais e Ambientais podem ser diversificadas e múltiplas, instituindo territórios interdisciplinares de pesquisa e produção do conhecimento.

No percurso da leitura, além das possibilidades de reflexões desencadeadas por cada texto, fui percebendo também a intertextualidade entre os artigos: eles se entrelaçam a partir de alguns fios e terminam compondo tramas no campo do patrimônio, da memória, da história e do meio ambiente. Ao mesmo tempo, a maior parte dessas tramas resulta da investigação de objetos associados ao Oeste de Santa Catarina.

Os Cadernos do Ceom, portanto, consolidam-se como fonte de consulta para pesquisadores de diversas áreas e, particularmente, para aqueles interessados na produção acadêmica sobre Santa Catarina.

No artigo “O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil”, Almir Félix Batista de Oliveira historiciza o campo do patrimônio, desde a organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 até os dias atuais de atuação do IPHAN. Ao inventariar a construção do conceito de patrimônio, o autor questiona a produção de uma memória nacional perpetuada nas construções religiosas, militares, políticas e residenciais que representam a elite branca e católica, denunciando o caráter

homogeneizador e excludente dos bens tombados como patrimônio histórico. Ao mesmo tempo, reconstrói a trajetória da lenta mudança de perspectiva do IPHAN, enfatizando os significados da ampliação da concepção de patrimônio configurada no conceito de patrimônio cultural, registrado na Constituição de 1988 e que orienta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, inserindo nas políticas públicas de preservação a produção cultural dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. Nesse processo, Oliveira ressalta o papel desempenhado pelos grupos sociais, principalmente na década de 1980, que reivindicaram a inserção do seu saber-fazer, da sua religiosidade e formas de sociabilidade como patrimônio cultural brasileiro.

Os quatro próximos artigos constituem exemplos da incorporação das relações que os homens e mulheres estabelecem com o meio ambiente como constitutivas do campo da história.

No artigo “Bens culturais e ambientais no Oeste Catarinense na perspectiva dos colonizadores”, Jairo Marchesan, Maria Cristina Pansera-de- Araújo e Luiz Mário dos Santos de Araújo investigam o processo de ocupação e transformações da paisagem e do espaço ao longo da constituição dessa região, privilegiando os significados culturais dos recursos naturais historicamente construídos pelos colonizadores, desde o período da colonização até a atualidade. Por meio de entrevistas realizadas com doze colonos do município de Concórdia, conhecemos as representações dos próprios sujeitos acerca do trabalho, da terra, da água e suas percepções sobre as relações estabelecidas com os recursos naturais, tanto no passado quanto no presente.

Tal como destacam os estudiosos da memória, nos discursos dos colonos as questões preservacionistas e ambientais disseminadas atualmente vão conformando interpretações do passado que ressaltam relações diferenciadas com a terra, a ausência do uso de adubos e a qualidade das águas. Ao mesmo tempo, emerge a preocupação com a poluição e, principalmente, com o problema da escassez de águas que assola o Oeste catarinense.

As relações entre a expansão do capitalismo e formas predatórias de uso dos recursos naturais também são examinadas por Miguel Mundstock Xavier de Carvalho e Eunice Sueli Nodari no artigo “As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920)”. Para cumprir o objetivo de fazer uma história ambiental da destruição da floresta de araucária, os autores focalizam a área antiga dos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), desde o momento de estabelecimento das primeiras serrarias, cuja produção artesanal não causava desmatamento significativo, até os anos 1920, quando as serrarias se multiplicaram na região, já plenamente caracterizadas enquanto indústrias madeireiras, com tecnologia e mão de obra para garantir a produção em larga escala e, com isso, alterar profundamente a paisagem e o ecossistema.

Nesse processo, os autores destacam as mudanças promovidas pela construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande e o papel desempenhado pela Southern Brazil Lumber and Colonization que construiu serrarias com alta tecnologia e alterou a exploração madeireira na região, promovendo destruição dos ervais nativos que garantiam o sustento de população numerosa de posseiros e acirrando as tensões sociais que provocaram o movimento do Contestado. Ressalta-se, portanto, que as questões ambientais emergem da análise entretecidas com processos econômicos e acontecimentos políticos já estudados anteriormente e que são redimensionados a partir da incorporação da perspectiva ecológica ao estudo da história.

No artigo seguinte, “Rotas da colonização: considerações sobre o espaço viário na antiga fazenda Rodeio Bonito, oeste de Santa Catarina, no início do século XX”, Valdirene Chitolina utiliza fontes bibliográficas, iconográficas e orais para traçar as relações entre a colonização e a construção dos caminhos numa área que atualmente abrange nove municípios. Para as empresas colonizadoras interessava a transformação das picadas em vias carroçáveis e, depois, em estradas. A presença dos cargueiros,

tropeiros e carroceiros que percorriam essas estradas, assim como a introdução dos caminhões, dos automóveis e dos ônibus são relatadas por fontes diversas, destacando-se as memórias tanto daqueles que sobreviviam do trabalho com esses meios de transporte quanto dos primeiros migrantes sul-riograndenses que tiveram seu cotidiano afetado pelas dificuldades do deslocamento na região.

Além das entrevistas que realizou, a autora também utiliza os arquivos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), tal como André Luiz Onghero e Lucas Antonio Franceschi na elaboração do artigo “Vidas em torno do rio: uma abordagem histórica das relações estabelecidas entre as populações na região Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul e o Rio Uruguai”. Para demonstrar que o rio Uruguai constitui um patrimônio cultural e ambiental, os autores destacam além do seu valor paisagístico, arqueológico e ecológico, também sua influência nas formas de criar, fazer e viver e na construção da identidade e memória dos diversos grupos que habitam a região. Desde as primeiras atividades de extração da erva-mate e da madeira até as atividades agropecuárias decorrentes da ação das empresas colonizadoras na região, o rio Uruguai ocupa posição privilegiada, quer como cenário de perigosas viagens que o tornavam indispensável como via de transporte, quer como fator de fertilização das terras ribeirinhas ou ainda como fonte de suprimento alimentar obtido por meio da pesca, cujas técnicas ficamos conhecendo em detalhes por meio das lembranças dos colonizadores. Abordando o fenômeno contemporâneo da construção de hidrelétricas, os autores destacam o impacto ecológico, econômico e social que essas obras provocam nas relações das populações com o Rio Uruguai, principalmente as múltiplas implicações decorrentes da necessidade de deslocar famílias para dar lugar aos reservatórios das barragens.

Os próximos três artigos se entrelaçam para traçar um rico panorama do modo de vida, no presente e no passado, dos povos indígenas que habitam Santa Catarina.

No artigo “Os Guarani da aldeia Conquista (SC): representações e práticas sociais em relação ao poder local e ao processo político eleitoral brasileiro”, Neusa Maria Sens Bloemer e Isackson Luiz Cavilha Mendes dão visibilidade para a questão indígena tal como se apresenta atualmente no litoral catarinense, historiando os deslocamentos constantes que marcam a trajetória do povo Guarani e as relações simbólicas e econômicas que estabelecem com o espaço que constituem seu território, cruzando os limites geopolíticos do Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. Enfrentando problemas diversos relacionados às precárias condições em que vivem, os Guarani da aldeia pesquisada reivindicam a demarcação de suas terras e o atendimento de suas necessidades de educação, saúde e saneamento básico, dirigindo-se aos gestores tanto do município de Balneário Barra do Sul quanto do município de Araquari. As entrevistas realizadas com autoridades e políticos desses municípios revelam, segundo resumem os autores, o mal-estar causado pela presença dos Guarani, o descrédito em relação à sua identidade e, conseqüentemente, o questionamento de seus direitos constitucionais. Nesse contexto, a participação dos indígenas no processo político eleitoral limita-se apenas a posse do título de eleitor, considerado um instrumento de acesso aos programas sociais do Estado brasileiro, sem que isso signifique interesse pelas questões políticas dos não-índios.

No artigo seguinte, “Pensando a relação natureza, cultura e História no caso dos Xokleng”, Jackson Alexandro Peres pretende estabelecer a relação entre as práticas culturais desse povo indígena e sua trajetória histórica. Com auxílio de estudos da antropologia e da arqueologia, depois de historiar a construção do conceito de cultura, o autor explicita as relações que os Xokleng estabelecem com a natureza, considerando-as como definidoras de seu modo de vida nômade e das demais características culturais que os singularizam. Diante das transformações vivenciadas pelos Xokleng, Peres destaca a língua e o simbolismo para ressaltar a manutenção de sua identidade cultural.

O povo indígena Kaingang é analisado no artigo “O índio, a aldeia e o urbano na formação sócio-espacial de Chapecó”, a partir da problematização da sua presença na cidade de Chapecó. Para se contrapor aos que destituem esse povo de sua identidade indígena, os autores Janete Facco, Loivo Lemes e Leonel Piovezana apontam a permanência de certos aspectos culturais tradicionais na organização e na sociabilidade dos Kaingang na atualidade. Historiando o processo de recuperação de terras e de “revitalização cultural” experimentado por esse povo indígena nos últimos vinte anos, os autores destacam o reconhecimento do poder das lideranças como principal marca da tradição cultural indígena. Outra dimensão importante do estudo é a aplicação de questionários para investigar as percepções dos moradores de Chapecó a respeito da presença indígena Kaingang na cidade. Depoimentos dos colonizadores são utilizados para recuperar e comprovar a presença dos indígenas no período de colonização do oeste catarinense. Com o mesmo objetivo, os autores examinam os jornais da região, nas décadas de 30 e 40 do século passado, que evidenciam diferentes facetas das relações estabelecidas entre moradores da cidade e as populações indígenas que foram sendo expulsas do perímetro urbano.

A questão da luta pela terra na história do oeste catarinense é examinada sob a perspectiva da ação dos trabalhadores rurais sem terra no artigo “A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980”. Para construir os diversos momentos da história desse conflito, considerado como marco da organização do MST em Santa Catarina, Cristiane Dias de Melo utiliza reportagens de jornais, documentos da Comissão Pastoral da Terra e depoimentos dos agricultores coletados durante a ocupação e também nos dias atuais. Dessa teia discursiva, ressalta-se o papel da CPT e do pároco da Igreja Católica de Campo Erê, Afonso Tebaldini, no apoio aos agricultores que ocuparam a Fazenda Burro Branco e resistiram às pressões e ameaças daqueles que se organizaram contra o que denominavam de banditismo e ameaça comunista. A autora historia o surgimento da CPT em Santa Catarina e sua atuação no

episódio em análise, mas ressalta o papel desempenhado pelos próprios agricultores e a sua organização no MST.

No artigo seguinte, “A educação ambiental na perspectiva de um currículo interdisciplinar”, as questões ambientais retornam e são consideradas a partir da ótica da instituição escolar. Mesmo apontando as condições adversas presentes nas escolas, Odete Catarina Locatelli e Carla Hendges defendem a estruturação de novos currículos que incorporem a temática ambiental de forma transversal e interdisciplinar, tal como proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para tanto, as autoras consideram fundamental discutir concepções ambientais tanto na formação de professores quanto no momento de elaborações dos currículos, partindo do pressuposto que a educação deve propiciar a percepção, apreciação e valorização da diversidade ambiental e social.

Encerrando a sessão de artigos, “Memória, subjetividades e história oral: um relato de pesquisa” apresenta as reflexões do historiador Cezar Karpinsky e estimula o leitor a retomar outros artigos que também são exemplos da prática da história oral. Para tecer as considerações teóricas sobre a memória e construção de identidade, o autor retoma sua experiência de pesquisa sobre hidrelétricas e os atingidos por barragens. Porém, o leitor atento pode recorrer aos depoimentos de diferentes sujeitos registrados por outros autores desse número dos Cadernos do CEOM. Esse exercício de intertextualidade suscita novos significados e interpretações para os discursos dos múltiplos sujeitos históricos que emergem dessas páginas, confirmando as teorias da recepção que destacam o potencial criativo das práticas de leitura.

Exatamente a leitura é o tema da seção Painéis. “Leitura e cidadania: abrindo livros e oportunidades” foi o tema da Festa do Livro promovido pela Argos Editora Universitária da UnoChapécó no primeiro semestre de 2008. Um dos eventos, tal como nos conta Elisa Antonio Paim, foi um debate reunindo cinco autores convidados a narrar seus caminhos e descaminhos na trajetória de leitor à autor. Dois desses autores aceitaram o convite para transformar suas memórias em textos.

Marizete Bortolanza Spessato, no texto “A leitura assegura cidadania ou a cidadania assegura acesso ao mundo da leitura?”, problematiza a formação crítica para a leitura no espaço escolar, questionando a alfabetização que contribui apenas para as estatísticas do governo, mas não garante que o sujeito alfabetizado tenha alcançado a condição de leitor. Para a continuidade da discussão, a autora considera importante distinguir alfabetização de letramento, propondo que o termo utilizado seja “letramentos” para se referir aos usos dos conhecimentos lingüísticos para as relações sociais. Para garantir o direito à cidadania, a escola deveria, portanto, aliar o processo de alfabetização ao letramento. Por fim, Spessato instiga a reflexão acerca do ensino de língua nas escolas brasileiras, propondo repensar a formação docente e a prática pedagógica.

No texto “Diálogos sobre experiências com leitura, conhecimento e Educação Física: apontamentos introdutórios”, Ricardo Rezer combina narrações de suas memórias de leitura entrelaçadas à formação escolar e acadêmica com questionamentos e considerações que instigam a reflexão sobre a importância e as funções da leitura na sociedade contemporânea. Por último, o autor apresenta uma síntese de suas idéias, lançando desafios para aqueles que desejam refletir sobre o exercício da leitura e da escrita nas práticas vivenciadas no ensino superior:

A seção Entrevista apresenta um longo depoimento da historiadora e professora Déa Ribeiro Fenelon, produzido na entrevista realizada em 2005 por Ilka Miglio. “Voltei para Minas Gerais e estou aqui. Me aposentei, não estou mais trabalhando” – assim inicia o depoimento, denotando que a narrativa da trajetória profissional é construída a partir da condição de quem havia encerrado um ciclo no curso da vida. De suas lembranças, avaliados por quem foi protagonista, emergem entrelaçados momentos marcantes da Associação Nacional de História (ANPUH), das políticas públicas de formação de professores e do ensino de história no Brasil. Essa entrevista constitui, assim, em importante documento

oral. No entanto, publicada após o falecimento da professora Déa Fenelon, também pode cumprir o papel de uma homenagem ao colaborar para registrar e perpetuar seu trabalho de evocar o passado e construir suas memórias.

Para encerrar, o leitor encontrará três trabalhos – “Viagem a Xapecó”, de Tico (Josette), Anilson; “Olhando ao redor”, com escritos de André Luiz Onghero e “Sobre este nada que é tudo” de Marcos Bettu e Mariane Kerbes - na seção Expressões de Experimentos, que singulariza os Cadernos do Ceom ao abrir espaço para a linguagem poética, tanto escrita quanto imagética.

Aos leitores e leitoras cabe agora a tarefa de delinear seus próprios itinerários a fim de explorar esse conjunto instigante de textos. Desejo, enfim, que esses percursos de leitura possam inspirar novas práticas de escrita.

Notas

* Professora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina.